



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**  
Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

**RELACI - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

**Emitente:** Unidade de Controle Interno - Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES

**Unidade Gestora:** Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES

**Gestor responsável:** GILSON GOMES JUNIOR

**Exercício:** 2018

## **1 - Introdução**

A Unidade Central de Controle Interno - UCCI da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, através do Plano Anual de Auditoria Interna para 2018 (PAAI - 2018), planejou ações de auditoria a serem executadas ao longo do exercício de 2018, tendo como objetivo a realização de auditorias preventivas, detectivas e corretivas nas áreas: Orçamentária, Contábil-Financeira, Recursos Humanos, Patrimônio, Compras, Almoxarifado, Contratos e Administração em geral.

Os procedimentos e as técnicas de controle utilizadas foram: verificações de processos, comparações de valores, confronto de informações e averiguações diversas, que permitiram obter evidências ou provas suficientes e adequadas para analisar as informações para a formulação e fundamentação da opinião da UCCI para emissão desse relatório.

Os controles preventivos foram realizados ao tempo dos atos, procedimentos ou processos, com o objetivo de atenuar possíveis impropriedades na execução dos mesmos.

Os demais controles analisaram os procedimentos a “posteriori” de sua realização, e visavam a conferência dos princípios básicos da Administração Pública e aplicação das demais normas pertinentes.

As análises da Unidade Central de Controle Interno tiveram por finalidade precípua esclarecer questões conflitantes e irregulares, cientificando as Unidades Administrativas da importância em submeterem-se às normas vigentes.

A Tabela Referencial 1 que segue elenca objetos selecionados para avaliação na UG, bem como os demais itens auditados ou avaliados pelo Controle Interno.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

<b>1. Itens abordados</b>						
<b>1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária</b>						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa - realização sem prévio empenho	Processos de despesas - 100 empenhos	Lei 4.320/1964, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	R\$ 1.283.994,14	R\$ 1.283.994,14
<b>NOTA -</b> Todas as despesas foram realizadas com emissão de prévio empenho.						
<b>1.2. Gestão Previdenciária</b>						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Empenho Global nº 00000021	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9.717/1998, art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li><li>• Regime de competência</li></ul>	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	R\$ 186.114,86	R\$ 186.114,86
<b>NOTA -</b> As despesas previdenciárias patronais (RGPS) têm sido registradas observando o regime de competência.						
1.2.2	Pagamento das obrigações	Pagamentos nºs: 23, 24, 52, 81,	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li></ul>	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições	R\$ 186.114,86	R\$ 186.114,86



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	previdenciárias - parte patronal	116, 117, 148, 149, 185, 212, 242, 268, 295, 330, 331, 349, 372, 375 e 376	<ul style="list-style-type: none"><li>• Lei 9.717/1998, art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li><li>• Regime de competência</li></ul>	previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.		
--	----------------------------------	--	---	--	--	--

**NOTA** - A Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES é regida pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, que tem suas políticas elaboradas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e executadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Considerando o RGPS, a parte patronal sobre contribuições previdenciárias foi apurada mensalmente e recolhida regularmente, com o devido registro contábil. No exercício sob análise, as despesas com obrigações patronais foram de R\$ 186.114,86 (Cento oitenta e seis mil cento e quatorze reais e oitenta e seis centavos).

1.2.3	Registro por competência - multas e juros por atraso de pagamento	Pagamentos nºs: 23, 24, 52, 81, 116, 117, 148, 149, 185, 212, 242, 268, 295, 330, 331, 349, 372, 375 e 376	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9.717/1998, art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li><li>• Regime de competência</li></ul>	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	R\$ 186.114,86	R\$ 186.114,86
-------	---	--	---	--	----------------	----------------

**NOTA** - Não ocorreu em 2018 multas e juros por atraso de pagamento das obrigações previdenciárias.

1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	Pagamentos nºs: 25, 53, 82, 114, 150, 184, 211, 241, 267, 296, 332, 348, 371	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9717/1998 art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li></ul>	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	R\$ 89.973,74	R\$ 89.973,74
-------	---	--	---	--	---------------	---------------

**NOTA** - As contribuições previdenciárias dos servidores estão sendo recolhidas regularmente, com o devido registro contábil. No exercício sob análise, o



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

INSS apurado, retido e recolhido de servidores foi de R\$ 89.973,74 (Oitenta e nove mil novecentos e setenta e três reais setenta e quatro centavos).						
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Todos os processos	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9717/1998 art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li><li>• Regime de competência</li></ul>	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no <b>RPPS</b> ; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no <b>RPPS</b> ; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no <b>RPPS</b> ; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>NOTA</b> - A CM de Laranja da Terra/ES não tem RPPS e tampouco parcelamento de débitos previdenciários no exercício em questão.						
1.2.8	Medidas de Cobrança - Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Todos os processos	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do <b>RPPS</b> e pelo Controle Interno.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>NOTA</b> - A CM de Laranja da Terra/ES não tem RPPS nem Medidas de Cobrança - Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber.						



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

1.3. Gestão patrimonial						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis - registro contábil compatibilidade com inventário.	Tabelas Anuais oriundas dos Tabelas mensais de Almocharifado e Patrimônio e Balanço Patrimonial	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Bens em Estoque: R\$ 7.072,52 Bens Móveis: R\$ 182.450,59 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis: R\$ 0,00	Bens em Estoque: R\$ 7.072,52 Bens Móveis: R\$ 182.450,59 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis: R\$ 0,00
<b>NOTA</b> - As demonstrações contábeis da CM de Laranja da Terra/ES correspondem à integralidade dos bens em estoque e dos bens móveis que possuímos em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação e avaliações realizadas.						
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis - Registro e controle	Tabelas mensais provenientes do Sistema Informatizado de Patrimônio e Balanço Patrimonial	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Bens Móveis: R\$ 182.450,59 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis: R\$ 0,00	Bens Móveis: R\$ 182.450,59 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis: R\$ 0,00
<b>NOTA</b> - A CM de Laranja da Terra/ES tem mantido registrados e controlados os bens que possui, sendo que na estrutura administrativa do órgão, o departamento responsável por sua guarda e administração é a Secretaria Geral da Câmara.						
1.3.3	Disponibilidades financeiras - depósito e	Registro dos Repasses de R\$ 121.871,87	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	R\$ 1.462.462,44	R\$ 1.462.462,44



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	aplicação	referentes a duodécimos mensais, Livro Caixa e extratos bancários	CRFB/88.			
<b>NOTA</b> - As disponibilidades financeiras foram depositadas em instituição financeira oficial, a saber: Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES/SA, Agência 0186, Conta Corrente/Aplicação 3.488.533, rendendo ao longo do ano R\$ 3.666,50 (Três mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos).						
1.3.4	Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação	Registro dos Repasses de R\$ 121.871,87 referentes a duodécimos mensais, Livro Caixa e extratos bancários	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	R\$ 1.462.462,44	R\$ 1.462.462,44
<b>NOTA</b> - As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras, estando devidamente conciliados pelo Departamento Contábil/Financeiro.						
1.3.7	Obrigações contraídas no último ano de mandato		LC 101/2000, art. 42.	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>NOTA</b> - O titular do Poder não contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas dentro dele.						



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

1.4. Limites constitucionais e legais						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.4.6	Despesas com pessoal - abrangência.	Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs.	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	R\$ 1.094.611,66	R\$ 1.094.611,66
<b>NOTA</b> - Todas as despesas com pessoal (Vencimentos e Vantagens Fixas e Obrigações patronais) foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF. NÃO houve terceirização de mão de obra referente à substituição de servidores.						
1.4.7	Despesas com pessoal - limite	Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs, observando a Receita Corrente Líquida do Município	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	R\$ 1.094.611,66	R\$ 1.094.611,66
<b>NOTA</b> - Os limites de Despesas com Pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 da LRF foram observados, pois na esfera municipal não poderiam exceder a 6% (seis por cento) para o Legislativo. Assim, o valor apurado de R\$ 1.094.611,66 (Um milhão e noventa e quatro mil, seiscentos e onze reais e sessenta e seis centavos) correspondente ao valor das Despesas com Pessoal está dentro dos limites, representando a 3,51% (três inteiros e cinquenta e um centésimos) de uma RCL de R\$ 31.212.952,30 (Trinta e um milhões, duzentos e doze mil novecentos cinquenta e dois reais e trinta centavos).						
1.4.8	Despesas com pessoal - descumprimento de limites -	Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs, observando a	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da	R\$ 1.094.611,66	R\$ 1.094.611,66



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	nulidade do ato	Receita Corrente Líquida do Município		LRF.		
<b>NOTA</b> - NÃO foram praticados atos que incidiram em aumento das despesas com pessoal.						
1.4.9	Despesas com pessoal - aumento de despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato - nulidade do ato		LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>NOTA</b> - Não foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato.						
1.4.10	Despesas com pessoal - limite prudencial - vedações	Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs, observando a Receita Corrente Líquida do Município	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	R\$ 1.094.611,66	R\$ 1.094.611,66
<b>NOTA</b> - As despesas totais com pessoal, no valor de R\$ 1.094.611,66 (Um milhão e noventa e quatro mil, seiscentos e onze reais e sessenta e seis centavos) NÃO excederam a 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo permitido para o Poder (95% = R\$ 1.779.138,28 - Um milhão, setecentos setenta e nove mil, cento e trinta e oito reais e vinte e oito centavos).						
1.4.11	Despesas com pessoal - extrapolação do	Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs,	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no	R\$ 1.094.611,66	R\$ 1.094.611,66



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	limite - providências/me- -didas de contenção	observando a Receita Corrente Líquida do Município		artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.		
<b>NOTA</b> - As despesas totais com pessoal NÃO ultrapassaram o limite de R\$ 1.872.777,14 (Um milhão, oitocentos e setenta e dois mil e setecentos setenta e sete reais e catorze centavos), correspondente aos 6% (seis por cento) estabelecido no artigo 20 da LRF, para o Poder Legislativo Municipal, visto que estamos no percentual de 3,51% (três inteiros e cinquenta e um centésimos). NÃO houve extrapolação dos limites, nem prudencial nem máximo estabelecidos pela LRF para despesas com pessoal, no Poder Legislativo, portanto, não havendo medidas de contenção.						
1.4.12	Despesas com pessoal - expansão de despesas - existência de dotação orçamentária - autorização na LDO	Folhas de Pagamento Mensais e Guias Mensais SEFIP, observando a Receita Corrente Líquida do Município	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I - de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II - de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.	R\$ 1.094.611,66	R\$ 1.094.611,66
<b>NOTA</b> - NÃO houve concessão de vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras.						
1.4.13	Poder Legislativo	Folhas de	CRFB/88, art. 29 -	Avaliar se o gasto total com a folha de	R\$ 908.496,80	R\$ 908.496,80



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	Municipal - despesa com folha de pagamento	Pagamento Mensais Empenhos de nºs: 14 a 19; 23 e 24; 56 a 59; 88; 92 a 94; 96 a 99.	A, § 1º.	pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.		
--	---	---	----------	---	--	--

**NOTA** - O gasto total com a Folha de Pagamento da Câmara Municipal foi de R\$ 908.496,80 (Novecentos e oito mil, quatrocentos noventa e seis reais e oitenta centavos), NÃO ultrapassando, portanto, os 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício - R\$ 1.462.462,44 (Um milhão, quatrocentos sessenta e dois mil, quatrocentos sessenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), ficando em 62,12% (sessenta e dois inteiros e doze centésimos).

Mas, se considerarmos o valor preliminar do Orçamento, que estava estipulado em R\$ 1.454.669,28 (Um milhão quatrocentos cinquenta e quatro mil e seiscentos sessenta e nove reais e vinte e oito centavos), os R\$ 908.496,80 (Novecentos e oito mil, quatrocentos noventa e seis reais e oitenta centavos) gastos com Folhas de Pagamento representariam 62,45%, ou seja, mesmo assim o art. 29 - A, § 1º, da CRFB/88 foi respeitado.

1.4.17	Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - fixação	Lei Municipal nº 0797/2016, de 13 de setembro de 2016 e Empenho 14.	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.	R\$ 552.000,00	R\$ 552.000,00
--------	--	---	---------------------------------	---	----------------	----------------

**NOTA** - A fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra, consoante preceitua a Lei Municipal nº 0797/2016, de 13 de setembro de 2016.

1.4.18	Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - pagamento	Empenho 14. Pagamentos de nºs: 1, 27, 54,	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos	R\$ 552.000,00	R\$ 552.000,00
--------	--	---	---------------------------------	--	----------------	----------------



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		84, 120, 152, 186, 215, 243, 271, 298, 350.		limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.		
<b>NOTA</b> - Os pagamentos de Subsídios aos Vereadores obedeceram aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, ou seja, em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores poderia ser 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, o que foi expressamente observado.						
1.4.19	Despesas com pessoal - remuneração vereadores	Empenho 14. Pagamentos de nºs: 1, 27, 54, 84, 120, 152, 186, 215, 243, 271, 298, 350.	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de 5% (cinco por cento) da Receita do Município.	R\$ 552.000,00	R\$ 552.000,00
<b>NOTA</b> - O total da despesa com a remuneração dos Vereadores foi de R\$ 552.000,00 (Quinhentos e cinquenta e dois mil reais), NÃO ultrapassando o montante de 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida do Município, apurada em R\$ 31.212.952,30 (Trinta e um milhões, duzentos e doze mil e novecentos cinquenta e dois reais e trinta centavos) conforme informado pelo Poder Executivo, para o exercício de 2018, representando apenas 1,77% (Um inteiro e setenta e sete centésimos) daquele valor.						
1.4.20	Poder Legislativo Municipal - despesa total	Empenhos de 01 a 100.	CRFB/88, art. 29 - A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita	R\$ 1.283.994,14	R\$ 1.283.994,14



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

				tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.		
--	--	--	--	---	--	--

**NOTA** - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os Subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, NÃO ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior, totalizando R\$ 1.283.994,14 (Um milhão, duzentos e oitenta e três mil e novecentos noventa e quatro reais e quatorze centavos).

**1.5. Demais atos de gestão**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA - compatibilidade com o normativo do TCE	Arquivos exigidos pela IN TC N° 43/2018 Anexo III Alínea "D" - Contas das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Arquivos exigidos pela IN TC N° 43/2018 Anexo III Alínea "D" - Contas das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais	Arquivos exigidos pela IN TC N° 43/2018 Anexo III Alínea "D" - Contas das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais

**NOTA:** Os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo III, alínea "D", da IN 43/2018, regulamentadora da remessa de prestação de contas anual.

1.5.2	Segregação de funções	Processos	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o	Processos	Processos
-------	-----------------------	-----------	-------------------	----------------------------	-----------	-----------



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		Administrativos e Contábeis		princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Administrativos e Contábeis	Administrativos e Contábeis
--	--	-----------------------------	--	---	-----------------------------	-----------------------------

**NOTA** - Este princípio é atendido nas atividades de autorização, execução e controle. Nas outras atividades, este item fica um pouco prejudicado por conta do número reduzido de servidores e estarmos bem próximos de nosso limite de 70% permitido para gastos com Folhas de Pagamento. As atividades são distribuídas dentro das possibilidades, buscando sempre a eficiência, eficácia e economicidade para a Câmara Municipal.

**2. Itens de abordagem complementar**

**2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
--------	--------------------------	--------------------------------------	------------	--------------	-------------------------------	---------------------



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

2.2.8	Despesa pública - criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa - estimativa de impacto orçamentário financeiro.	Processos Administrativos e Contábeis	LC 101/2000, art. 16.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com consequente aumento da despesa, avaliar se os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subsequentes e se foram acompanhados por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve adequação e compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, com o PPA e com a LDO.	R\$ 1.283.994,14	R\$ 1.283.994,14
<b>NOTA</b> - Não houve criação de ação governamental com consequente aumento da despesa.						
2.2.9	Despesa pública - criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa - afetação das metas fiscais.	Processos Administrativos e Contábeis	LC 101/2000, art. 17, § 3º.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de despesas de caráter continuado, avaliar se foram observadas as condições previstas no	R\$ 1.283.994,14	R\$ 1.283.994,14



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

				artigo 17, § 1º da LRF e se os efeitos financeiros decorrentes do ato praticado não afetarão as metas fiscais dos exercícios seguintes e serão compensados por aumento permanente de receitas ou pela redução permanente de despesas.		
<b>NOTA</b> - Não houve criação de despesas de caráter continuado com consequente aumento da despesa.						
2.2.10	Execução de programas e projetos	<u>Programa:</u> 0001 - Manutenção das Atividades Legislativas <u>Projetos/Atividades:</u> 1.001 - Aquisição de Imóvel e Construção da sede 1.002 - Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos	CRFB/88, art. 167, I.	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na Lei Orçamentária Anual.	Total dos Programas e Projetos/Atividades  R\$ 1.454.669,28	Total dos Programas e Projetos/Atividades  R\$ 1.454.669,28



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		Permanentes 2.001 - Manutenção das Atividades Legislativas 2.002 - Treinamento e Capacitação de Vereadores e Servidores do Legislativo 2.003 - Contribuição para Associação de Câmaras Municipais do ES - ASCAMES				
--	--	---	--	--	--	--

**NOTA:** Não ocorreu em 2018, no orçamento da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, execução de programas ou projetos de governo não inclusos na Lei Orçamentária Anual.

2.2.11	Execução de despesas - créditos orçamentários	Orçamento para 2018: R\$ 1.454.669,28	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	R\$ 1.283.994,14	R\$ 1.283.994,14
--------	--	---	------------------------	---	------------------	------------------

**NOTA - NÃO** foram realizadas despesas, tampouco houve assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais. A PMLT repassou financeiramente, ao invés de R\$ 1.454.669,28 (Um milhão quatrocentos cinquenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e nove reais e vinte oito centavos) R\$ 1.462.462,44 (Um milhão, quatrocentos e sessenta e dois mil e quatrocentos e sessenta e dois reais e quarenta e quatro centavos).



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

2.2.13	Créditos adicionais - autorização legislativa para abertura	Decreto nº 0552/2018, de 16/08/2018 - Suplementação por anulação de dotação	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	R\$ 46.276,15	R\$ 46.276,15
<b>NOTA</b> - Houve abertura de crédito adicional suplementar no Poder Legislativo com prévia autorização legislativa dada pela <i>alínea a</i> , Inciso III, Art. 4º, da Lei Municipal 803/2016, que <i>“Estima a receita e fixa a despesa do município de Laranja da Terra para o exercício financeiro de 2018”</i> .						
2.2.18	Realização de investimentos plurianuais	Todos os 100 empenhos	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Avaliar se foram iniciados investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.	R\$ 1.454.669,28	R\$ 1.454.669,28
<b>NOTA:</b> Não ocorreu no exercício em questão.						
2.2.24	Escrituração e consolidação das contas públicas	Sistema Informatizado de Contabilidade	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	R\$ 1.462.462,44	R\$ 1.462.462,44
<b>NOTA:</b> A consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.						
2.2.28	Pagamento de passivos	Todos os 382	Lei 8.666/1993, arts. 5º	Avaliar se os passivos	R\$ 1.283.994,14	R\$ 1.283.994,14



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	- ordem cronológica das exigibilidades	pagamentos	e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.		
<b>NOTA</b> - A Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES manteve os pagamentos em ordem cronológica de suas exigibilidades.						
2.2.29	Déficit orçamentário - medidas de contenção	Empenhos das Folhas de Pagamento Mensais de Servidores, observando os 70% previstos de acordo com os repasses de duodécimos.	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	R\$ 356.496,80 (Somente servidores)	R\$ 356.496,80 (Somente servidores)
<b>NOTA</b> - Oficialmente, NÃO foram expedidos atos de limitação de empenho, mas, o gestor manteve medidas de contenção de despesas iniciadas em 2017, com relação aos Gastos com Folha de Pagamento a fim de evitar déficit orçamentário e financeiro no exercício.						
2.2.30	Despesa - realização de despesas - irregularidades	Todos os 100 empenhos	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	R\$ 1.283.994,14	R\$ 1.283.994,14
<b>NOTA</b> - NÃO foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas, por parte do Poder Legislativo Municipal. Todos os processos administrativos/contábeis passaram pelo crivo do Presidente, que pôde acompanhar de perto a realização das despesas.						
2.2.31	Despesa - liquidação	Todos os 100	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram	R\$ 1.283.994,14	R\$ 1.283.994,14



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		empenhos		observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.		
<b>NOTA</b> - Os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas foram observados.						
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Todos os 100 empenhos	Lei 4.320/1964, art. 62	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	R\$ 1.283.994,14	R\$ 1.283.994,14
<b>NOTA</b> - Para todo pagamento de despesa houve regular liquidação.						
2.2.33	Despesa - desvio de finalidade	Todos os 100 empenhos	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>NOTA</b> - As despesas decorrentes de recursos vinculados, a teor do artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 não se aplicam ao Poder Legislativo.						
2.2.34	Despesa - auxílios, contribuições e subvenções.	Todos os 100 empenhos	Legislação específica.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>NOTA:</b> A nível de Câmara, não ocorreu em 2018.						
2.2.35	Despesa - subvenção social.	Todos os 100 empenhos	Lei 4.320/1964, art. 16.	Avaliar se a concessão de subvenção social	R\$ 0,00	R\$ 0,00



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

				obedeceu ao disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.		
--	--	--	--	--	--	--

**NOTA:** A nível de Câmara, não ocorreu em 2018.

**2.3. Gestão patrimonial**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.3.1	Passivos contingentes - reconhecimento de precatórios judiciais	Todos os 100 empenhos	CRFB/88, art. 100. Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03.	Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**NOTA:** A nível de Câmara, não houve.

2.3.2	Dívida pública - precatórios pagamento	Todos os 100 empenhos	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
-------	--	-----------------------	--	---	----------	----------

**NOTA:** A nível de Câmara, não houve.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

2.3.5	Cancelamento de passivos	Todos os 100 empenhos	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBC T 16.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
-------	--------------------------	-----------------------	--	--	----------	----------

**NOTA** - Não houve cancelamento de passivos em 2018.

**2.4. Limites constitucionais e legais.**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.4.1	Transferências voluntárias - exigências	Processos contábeis de 2018.	LC 101/2000, art. 25, § 1º.	Avaliar se houve realização de transferências voluntárias <b>para outro Ente da Federação</b> e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observadas.	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**NOTA:** NÃO realizamos transferências voluntárias na Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.

2.4.3	Dívida pública - originalmente superior ao limite - redução do valor excedente	Todos os processos administrativos de 2018 da Câmara Municipal.	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso I.	Avaliar se a dívida consolidada líquida do Estado/Município, no final do exercício de <b>2001</b> , excedia os limites estabelecidos	-	-
-------	--	---	--	--	---	---



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

				nos incisos I e II, do artigo 3º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, respectivamente e, em caso positivo, verificar se o valor excedente está sendo reduzido à razão de 1/15 (um quinze avos) por exercício.		
--	--	--	--	--	--	--

**NOTA:** NÃO temos Dívida Pública na Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.

**2.5. Gestão Previdenciária**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Empenhos: - 001 - E&L Produções de Software Ltda - 012 - Emporio Card Ltda - 032 - Ágape Assessoria e Consultoria Ltda - EPP - 011 - WW Informática - ME	LC 116/2003 (ISS), art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999 (IR). Lei 8.212/1991 (Seguridade Social). Lei Local.	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	ISS: - WW Informática Ltda (Manut. Corret. e prevent.) - Erildo Germano Freitas ME - Ivair Ost - ME IR: - &L Produções de Software Ltda - Ágape Assessoria e Consultoria Ltda -	Valores Base ISS: - WW Informática Ltda (Manut. Corret. e prevent.) - R\$ 3.999,00 - Erildo Germano Freitas ME - R\$ 542,00 - Ivair Ost - ME - R\$ 1.085,00 Valores Base IR: E&L - R\$ 29.082,00 Ágape - R\$ 13.333,33



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		- 043 - Erido Germano Freitas - Ivair Ost - ME			EPP	
<b>NOTA</b> - As retenções na fonte e o recolhimento dos impostos devidos pelas pessoas jurídicas contratadas pelo Poder Legislativo foram realizadas, conforme relatórios mensais de empenhos, liquidações e pagamentos.						
2.5.2	Base de cálculo de contribuições - RPPS	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>NOTA</b> - NÃO temos Regime Próprio de Previdência Social no município. Seguimos as regras do Instituto Nacional do Seguro Social. As contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando as devidas bases de cálculo.						
2.5.4	Alíquota de contribuição - Recolhimento	Pagamentos ao INSS: <u>Parte Patronal (21%):</u> Pagamentos nºs: 23, 24, 52, 81, 116, 117, 148, 149, 185, 212, 242, 268, 295, 330, 331, 349, 372, 375 e 376 <u>Parte dos</u>	CF/88, art. 40. LRF, art. 69 (RPPS). Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º (RPPS)	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Patronal: R\$ 186.114,86  Segurados: R\$ 89.973,74	Patronal: R\$ 186.114,86  Segurados: R\$ 89.973,74



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		<u>Segurados</u> (Variável, de acordo com a faixa salarial): Pagamentos nºs: 25, 53, 82, 114, 150, 184, 211, 241, 267, 296, 332, 348, 371				
--	--	--	--	--	--	--

**NOTA** - NÃO temos Regime Próprio de Previdência Social no município. Seguimos as regras do Instituto Nacional do Seguro Social e obedecemos as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.

2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao <u>RPPS</u> , nas unidades gestoras	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
-------	---	---	--	--	-----------------------	-----------------------

**NOTA** - As guias de recolhimento de contribuições previdenciárias ao Instituto Nacional do Seguro Social encontram-se devidamente arquivadas nesta Casa de Leis. Não temos contribuições previdenciárias devidas ao RPPS.

2.5.7	Servidores cedidos	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
-------	--------------------	---	---	--	-----------------------	-----------------------

**NOTA** - A Câmara não cedeu nenhum servidor a outro órgão.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários - Autorização Legal	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
<b>NOTA</b> - Sem dados a declarar.						
2.5.22	Base de cálculo de contribuições - RPPS	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
<b>NOTA:</b> Não temos, tendo em vista que somos regidos pelo RGPS.						
2.5.26	Censo Atuarial	-	Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art.12.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
<b>NOTA:</b> A nível de Câmara, não houve, tendo em vista que somos regidos pelo RGPS.						
2.5.37	Registro de Admissões	Pastas funcionais dos 6	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos	6 servidores efetivos	6 servidores efetivos



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		servidores efetivos da CM		estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.		
--	--	---------------------------	--	--	--	--

**NOTA:** Todos os 06 (seis) servidores admitidos através de Concurso Público realizado em 2006 foram devidamente registrados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Não foi realizado outro concurso depois de 2006.

**2.6. Demais atos de gestão**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.6.1	Pessoal - função de confiança e cargos em comissão	Folhas de Pagamento de Janeiro a Dezembro 2018.	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Resolução 02/2011, alterada pela 01/2012 - Cargos em comissão: Secretária Geral da Câmara e Auxiliar Parlamentar Controlador Geral Interno	Resolução 02/2011, alterada pela 01/2012 - Cargos em comissão: Secretária Geral da Câmara e Auxiliar Parlamentar Controlador Geral Interno

**NOTA -** Em 2018, os cargos em comissão eram os de Secretaria Geral da Câmara, Auxiliar Parlamentar e Controlador Geral Interno, sendo este último exercido por servidora ocupante de cargo efetivo.

2.6.2	Pessoal - função de confiança e cargos em comissão	Folhas de Pagamento de Janeiro a Dezembro	Legislação específica do órgão.	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos	Resolução 02/2011, alterada pela 01/2012 - Cargos em	Resolução 02/2011, alterada pela 01/2012 - Cargos em comissão: Secretária Geral da
-------	--	---	---------------------------------	--	--	--



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		2018.		cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	comissão: Secretária Geral da Câmara e Auxiliar Parlamentar Controlador Geral Interno	Câmara e Auxiliar Parlamentar Controlador Geral Interno
--	--	-------	--	---	---	---

**NOTA** - A Lei foi cumprida conforme o que dispõe a Estrutura Administrativa, Organizacional e Funcional da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.

2.6.3	Pessoal - contratação por tempo determinado	-	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
-------	---	---	------------------------------	---	----------	----------

**NOTA** - NÃO realizamos contratação por tempo determinado em 2018.

2.6.4	Pessoal - teto	Folhas de Pagamento de Janeiro a Dezembro 2018.	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	R\$ 908.496,80	R\$ 908.496,80
-------	----------------	---	------------------------------	---	----------------	----------------

**NOTA** - O teto remuneratório (subsídio do Prefeito estipulado em R\$ 14.000,00) dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.						
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	Folhas de Pagamento de Janeiro a Dezembro 2018.	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	R\$ 908.496,80	R\$ 908.496,80
<b>NOTA - NÃO</b> houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias não autorizadas por lei específica.						
2.6.6	Dispensa e inexistência de licitação.	Empenhos de 001 a 100.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexistência de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	Inexistência: R\$ 4.460,00  Dispensa de Licitação: R\$ 65.679,07  Total: R\$ 70.139,07	Inexistência: R\$ 4.460,00  Dispensa de Licitação: R\$ 65.679,07  Total: R\$ 70.139,07
<b>NOTA -</b> As contratações por dispensa ou inexistência de licitação realizadas em 2018 observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.						



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**  
Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

**2 - Análises e outros procedimentos realizados**

Considerando o universo a que se referem os pontos de controle apontados neste relatório, priorizamos aqueles relacionados ao cumprimento dos limites constitucionais e legais, à execução orçamentária e àqueles ligados às despesas de pessoal, haja vista serem estas as despesas de maior vulto no orçamento deste Legislativo.

Além dos acompanhamentos com relação aos pontos de controle acima mencionados, foram realizadas análises específicas também sobre os assuntos que seguem abaixo listados:

- Relatório de Ação de Auditoria 01/2018 - VERIFICAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES PARA COMPOSIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - PCA 2018 - REF: 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2018
- Relatório de Ação de Auditoria 02/2018 - TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO - GRAU DE CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DO TCEES NA FORMA DO TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº 02002/2016-1 (PROCESSO TC Nº 02918/2015-3)
- Relatório de Ação de Auditoria 03/2018 - LIMITES COM FOLHA DE PAGAMENTO E DESPESAS COM PESSOAL - CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
- Relatório de Ação de Auditoria 04/2018 - LEGALIDADE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018, CONFORME MATRIZ DE PLANEJAMENTO
- Relatório de Ação de Auditoria 05/2018 - ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS AO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL (EM OBSERVÂNCIA À CRFB/88, ART. 167, INCISO V, C/C ART. 43 DA LEI Nº 4.320/64), CONFORME MATRIZ DE PLANEJAMENTO.
- Relatório de Ação de Auditoria 06/2018 - OBEDIÊNCIA AOS LIMITES ESTIPULADOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, CONFORME MATRIZ DE PLANEJAMENTO.
- Relatório de Ação de Auditoria 07/2018 - CUMPRIMENTO DO TETO REMUNERATÓRIO DISPOSTO NO ART. 37, XI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988, CONFORME MATRIZ DE PLANEJAMENTO

Participamos também do Levantamento de Governança de TI 2018 e do Levantamento de Sistema de Controle Interno 2018, ambos promovidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Trimestralmente, a Controladoria faz inspeção nos processos internos, emite relatório de análise e encaminha à apreciação do Presidente da Câmara, protocola na Secretaria Geral da Câmara, sendo posteriormente arquivado nas dependências, com publicação no site oficial da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, no endereço <https://cmlaranjadaterra-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx>.

Os Relatórios de Gestão Fiscal, além de publicados no Portal da Transparência e no Átrio do Poder Legislativo, também foram publicados no Diário da AMUNES ou em jornal de grande circulação no município.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**  
Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

Por meio da CI 09/2017 - CONTROLE INTERNO, datada de 07 de março de 2017, a Controladoria alertou o Presidente sobre a dificuldade de realizar as auditorias previstas no PAAI, uma vez que a Câmara Municipal não possui em sua Estrutura Administrativa, Organizacional e Funcional o Cargo de Auditor, o que dificultaria a realização das referidas atividades. Assim, desde aquele momento, foi sugerido que a dificuldade apontada fosse sanada, inclusive com a possibilidade de realização de Concurso Público ou mesmo verificação junto ao Poder Executivo, se o mesmo possuir Auditor Público Interno, para que realize as devidas auditorias na Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.

Assim, o ano de 2018 foi caracterizado por adversidades nos ambientes externo e interno que, naturalmente, impactaram nossas ações, em especial as receitas administradas e o conjunto das despesas geridas.

Não escrevemos aqui neste relatório de forma individual sobre cada um dos processos administrativos/contábeis realizados ao longo do ano, mas, frisamos que todos foram objeto de conferência pelos servidores do quadro administrativo, em conjunto com o Presidente da Casa daquele ano. Preocupamo-nos principalmente quanto ao reforço na verificação de processos que ensejavam acompanhamento mais sucinto.

Foram realizadas 3 licitações ao longo do exercício. Os contratos realizados pela Câmara foram bem elaborados, os preços praticados referente aquisição de bens ou serviços foram condizentes com o mercado e foram controlados eficazmente pelos Fiscais de Contratos correspondentes. Os processos estão bem instruídos. Uma pequena minoria não estava numerada, ou, quando numerada, tinha números de páginas repetidos ou saltados, o que, a pedido do Presidente da Câmara, foi prontamente acertado pelos responsáveis.

Quanto aos registros contábeis, as informações provenientes do setor são muito precisas. Notamos apenas alguns erros de digitação nos históricos, mas, nada que comprometa o resultado final ou prejudique ao erário.

Existe uma falha no que tange à numeração sequencial dos processos licitatórios, tendo em vista que, para efeito de cadastro no Sistema Contábil essa informação ser exigida e, em quase todos os processos licitatórios (capa) esta informação não existe. Assim, reforçamos seja criada uma numeração específica para tal, de maneira a facilitar os devidos registros.

## **CONCLUSÃO**

Criar um ambiente favorável à exposição de ideias e à troca de informações, no qual todos se sintam responsáveis pela qualidade do desempenho coletivo, é o primeiro passo para garantir um diálogo constante e eficaz entre todos.

Conforme abordado pelo relatório, não foram detectados problemas que comprometessem



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

as informações prestadas e causadores de dano ao erário. Nos momentos em que ocorreram situações divergentes do ideal, podemos apresentar como justificativas a escassez de servidores, despreparo de alguns e descompromisso de outros.

Outros fatores que interferiram negativamente foram a falta de espaço físico apropriado para comportar adequadamente todos os servidores (não temos sede própria e, o pavimento que utilizamos não tem estrutura preparada especificamente para os trabalhos de uma Câmara). Já temos melhores equipamentos de informática, mas, os sistemas de gestão pública ainda não estão integrados 100%. Influencia no resultado também o modo como é composto o grupo de trabalho, falta de comunicação efetiva entre os servidores, divisão inadequada das tarefas, desmotivação e falta de valorização do trabalho realizado, entre outros.

Além disso, é preciso aprimorar constantemente o uso da tecnologia da informação na centralização e no tratamento de dados de diversas naturezas, pois isso, além de tornar o atendimento às demandas muito mais eficiente, pode garantir inteligência para a tomada de decisão e maior facilidade para diagnósticos mais acertados sobre a realidade e as necessidades do órgão.

Algumas situações dependem indiretamente dos atos de gestão, sendo desejável a superação das metas previstas, o que ocorreu em boa parte dos casos. Apesar de todas as dificuldades, consideramos satisfatórios os resultados alcançados, cuja flutuação do percentual de execução entendemos estar dentro da normalidade.

Concluimos, portanto, que os resultados foram alcançados a contento, tendo a CMLT cumprido sua missão institucional no período sob análise.

Reforçamos que, gerir as contas públicas de forma eficiente e transparente, zelando pelo equilíbrio fiscal e pela qualidade dos gastos públicos, com vistas a contribuir para o desenvolvimento sustentável foi objeto de busca constante em 2018.

**3 - Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados na UG.**

Não ocorreu a instauração de Tomadas de Contas Especiais no exercício em questão.

Laranja da Terra, 20 de março de 2019.

**VERUSKA PEDRO**  
Controladora Geral Interna